



# **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS**

# Notícias

## Atricon

No 1º Enapac, autoridades reforçam a importância das procuradorias, assessorias e consultorias nos Tribunais de Contas

---

## CNJ - Conselho Nacional de Justiça

Capacitação fortalece políticas públicas para a primeira infância no nordeste goiano

---

## Instituto Rui Barbosa

IRB Notícia | Solenidade de abertura do 1º Enapac é prestigiada por Membros da Diretoria do IRB

---

IRB Notícia | Diretores do IRB participam de debates no 1º Enapac sobre fortalecimento das unidades jurídicas nos Tribunais de Contas

---

## **No 1º Enapac, autoridades reforçam a importância das procuradorias, assessorias e consultorias nos Tribunais de Contas**

"Procuradorias, consultorias e assessorias jurídicas não apenas garantem a legalidade dos atos, mas também orientam decisões estratégicas, previnem riscos e fortalecem a governança e a gestão, permitindo que os tribunais de contas atuem de maneira proativa e resolutiva." A declaração do presidente do Tribunal de Contas de Santa Catarina (TCE-SC), conselheiro Herneus João De Nadal, foi feita na abertura do 1º Encontro Nacional de Procuradorias, Assessorias e Consultorias (Enapac) dos Tribunais de Contas (TCs), nesta segunda-feira (22) à tarde, na sede do TCE-SC, em Florianópolis.

Convicto da importância do papel dos tribunais de contas na defesa do interesse público, o presidente falou sobre a relevância do evento, reconhecendo, também, a atuação das áreas jurídicas dos TCs. "Que este encontro seja de fato histórico, marcado pela convergência, inspiração e compromisso. Que saiam daqui ideias e soluções capazes de consolidar a atuação dos tribunais de contas como instrumentos de um Estado mais eficiente no controle, na inovação, na governança pública e na qualidade das políticas públicas, transformando cada ação em benefício real para a sociedade."

Em sua manifestação, o conselheiro Herneus registrou que o momento celebra a reinvenção dos tribunais de contas, que, hoje, atuam de forma proativa, estratégica e orientada a resultados, consolidando-se como verdadeiros parceiros da sociedade na defesa do interesse público e na construção de um Estado mais eficiente, transparente e justo, fortalecendo a governança e a gestão pública. Entre os instrumentos que consolidam essa nova atuação, citou as mesas técnicas de consensualismo, que promovem a resolução de conflitos, de forma colaborativa e eficiente, a fim de evitar litígios demorados e a gerar soluções efetivas para a sociedade.

"Hoje, os tribunais de contas avançam para uma postura preventiva e integrada, acompanhando as ações de forma concomitante, orientando políticas públicas e promovendo soluções mais efetivas, que geram impactos concretos no dia a dia das pessoas na sociedade", enfatizou, ao acrescentar que o cumprimento das competências constitucionais, inclusive de aplicar sanções e determinações quando for o caso, estão mantidos. "Esta nova atuação rompe com a lógica do processo pelo processo, colocando a eficiência, a inovação e a governança pública no centro da nossa missão institucional".

Com o tema a "Integração e representatividade para uma atuação mais eficiente dos Tribunais de Contas", o 1º Enapac é uma parceria do TCE-SC e da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon). "Esse evento é histórico", enfatizou o vice-presidente de Relações Jurídico-Institucionais da Atricon, Carlos Neves, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE), ao asseverar que os TCs precisam fazer valer os seus direitos, as suas

prerrogativas constitucionais perante o Judiciário, diante do Executivo ou em relação ao Legislativo. "Diante disso, nada mais importante do que um corpo jurídico eficiente, que dê estrutura de consulta e de representação", disse.

Para a procuradora-geral da Procuradoria Jurídica do TCE-SC, Gláucia Mattjie, o tema do evento traduz uma diretriz de futuro. "Representa a consciência de que somente com cooperação, diálogo e visão integrada conseguiremos avançar em questões cada vez mais complexas que envolvem o controle da gestão pública", afirmou.

Ela relatou que o encontro vem sendo desejado há muito tempo pelos servidores que trabalham nas procuradorias, assessorias e consultorias jurídicas. "É fruto de uma expectativa legítima, de uma necessidade sentida no cotidiano de nossas atividades e de um anseio coletivo pelo fortalecimento institucional", declarou, ao mencionar, ainda, o incentivo da Atricon para fortalecer o intercâmbio dessas unidades.

Participaram da abertura do 1º Enapac, o presidente do Tribunal de Justiça (TJSC), desembargador Francisco de Oliveira Neto; e os representantes da Assembleia Legislativa, deputado estadual Mário Motta, do Ministério Público, promotor de Justiça Márcio Vieira -- coordenador do Centro de Apoio Operacional da Moralidade Administrativa --, da seccional de Santa Catarina da Ordem dos Advogados do Brasil, Gisele Lemos Kravchychyn -- vice-presidente --, do Instituto Rui Barbosa, conselheiro Ivan Lelis Bonilha -- vice-presidente de Relações Institucionais --, da Associação Nacional dos Ministros e Conselheiros Substitutos dos Tribunais de Contas, conselheiro substituto Gerson dos Santos Sicca (TCE-SC), da Procuradoria-Geral do Estado, Gustavo Schmitz Canto -- procurador-chefe da Consultoria Jurídica --, e da Defensoria Pública, Thiago Burlani Neves -- subdefensor público-geral.

Também estavam presentes a procuradora-geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas de Santa Catarina (MPTC/SC), Cibelly Farias; os conselheiros do TCE/SC José Nei Alberton Ascari -- vice-presidente --, Adircélio de Moraes Ferreira Júnior -- corregedor-geral --, Wilson Rogério Wan-Dall -- supervisor da Ouvidoria -- e Aderson Flores; o procurador do MPTC/SC Sérgio Ramos Filho; além de integrantes de outros tribunais de contas e de autoridades municipais e estaduais.

Na oportunidade, o presidente do TJSC destacou que, embora os sistemas de Justiça e de Controle de Contas sejam diferentes, existe um sistema com conceito de unidade, porque as dificuldades em torno da representação se repetem. "Apesar das diferenças que cada Estado tem, a Constituição é uma só. E isso vale para todos, especialmente para os tribunais de contas. Por isso, a importância deste evento, para que se unifiquem os procedimentos, que unifique a resposta a ser dada em relação ao trabalho das procuradorias", falou.

## O evento

Até o final da tarde desta terça-feira (23/9), o evento abordará questões sensíveis e recorrentes do direito administrativo, constitucional e processual, ligadas aos desafios enfrentados cotidianamente pelas unidades jurídicas. "São temas que, além de técnicos, têm dimensão política e social, pois dizem respeito não apenas à nossa atuação interna, mas ao modo como a sociedade percebe e confia na função exercida pelos tribunais de contas", destacou a procuradora Gláucia.

Por meio de uma programação composta por palestras, painéis temáticos e espaço para compartilhamento de boas práticas, o Enapac buscará contribuir para a uniformização de entendimentos e a construção de soluções seguras e tecnicamente embasadas para questões jurídicas complexas enfrentadas na defesa e assessoramento das Cortes de

Contas.

A procuradora Gláucia salientou que as abordagens contemporâneas em direito administrativo, constitucional e processual, aliadas ao intercâmbio de boas práticas institucionais, representam uma oportunidade estratégica para que as unidades jurídicas dos tribunais de contas qualifiquem sua atuação consultiva e contenciosa, fortalecendo o trabalho e melhorando, ainda mais, a qualidade dos serviços ofertados à sociedade. "É nesse ponto que o conhecimento deixa de ser mera teoria e se converte em instrumento de transformação, permitindo que as Cortes de Contas estejam cada vez mais capacitadas a exercer sua missão de zelar pelo interesse público", pontuou.

A palestra de abertura ficou a cargo do conselheiro Adircélio de Moraes Ferreira Júnior, corregedor-geral do TCE/SC e vice-presidente de Relações Internacionais da Atricon. Ele discorreu sobre o tema "O fortalecimento das unidades jurídicas no âmbito dos Tribunais de Contas para defesa das prerrogativas institucionais, nos foros judiciais e administrativos". A mediação foi do conselheiro Antonio Gilberto de Oliveira Jales, do TCE/RN.

Ainda durante a tarde desta segunda-feira (22/9), haverá um espaço para diálogo institucional. Sob a mediação do conselheiro Carlos Thompson, ocorreram as palestras "Legitimidade dos Tribunais de Contas na defesa de suas prerrogativas e competências institucionais", do conselheiro Carlos Neves, do TCE/PE, e "Poder Geral de Cautela do TC", do conselheiro Saulo Mesquita, do TCE/GO.

A programação do primeiro dia será encerrada com a palestra "Eficiência, governança e custo-benefício do controle jurídico", da presidente do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo (IBDA), Cristiana Fortini, com a mediação do conselheiro Ivan Lelis Bonilha, do TCE/PR.

Crédito das fotos: Guto Kuerten e Caio Cezar (Acom-TCE/SC).

## **Capacitação fortalece políticas públicas para a primeira infância no nordeste goiano**

Em continuidade à programação do Mês da Presidência no município de Cavalcante, a Coordenadoria da Infância e da Juventude (CIJ) do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO) promoveu, na segunda-feira (22/9), capacitação destinada aos membros dos Comitês Intersetoriais Municipais da Primeira Infância dos municípios de Cavalcante, Teresina de Goiás e Campos Belos. A atividade foi desenvolvida pela juíza Célia Lara, coordenadora-geral da área, e pelas servidoras da CIJ Carla de Paiva e Fabiola Costa.

A ação integra a programação de atividades do Projeto Raízes Kalungas, que visa fortalecer políticas públicas com foco em infância, juventude e cidadania em regiões com forte presença de comunidades tradicionais, inclusive, quilombolas Kalungas.

A formação teve como eixo central a importância da primeira infância, período que compreende desde a gestação até os seis anos de idade, fase decisiva para o desenvolvimento físico, emocional, cognitivo, social e afetivo da criança.

Conforme Célia Lara, os primeiros anos de vida são determinantes para todo o percurso de um ser humano. "Nesse período, forma-se o alicerce da nossa personalidade, do nosso vínculo com o mundo, da nossa capacidade de aprender, conviver, sonhar e transformar realidades. Investir na primeira infância é investir em políticas públicas mais eficientes, mais justas e transformadoras que uma gestão pode adotar?", afirmou a magistrada.

"É por isso que os Comitês Intersetoriais Municipais e os Planos Municipais pela Primeira Infância não podem ser apenas uma formalidade. Eles precisam nascer da escuta das comunidades, com base na realidade de cada território, e envolver todas as áreas como: saúde, educação, assistência social, cultura, direitos humanos?", acrescentou Célia Lara.

A capacitação abordou também os marcos legais que norteiam as políticas públicas para a primeira infância, com destaque para a Lei Federal n. 13.257/2016, que institui o Marco Legal da Primeira Infância, e a Lei Estadual de Goiás n. 21.676/2022, que estabelece diretrizes específicas para o estado. Essas legislações reforçam a necessidade de uma abordagem intersetorial, envolvendo áreas como saúde, educação, assistência social, cultura e direitos humanos.

As servidoras Carla de Paiva e Fabiola Costa apresentaram aos participantes a importância estratégica dos Comitês Intersetoriais Municipais da Primeira Infância na elaboração, implementação, monitoramento e avaliação do Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI). Este plano é um instrumento fundamental para garantir que as ações governamentais atendam, de forma integrada e planejada, as necessidades das crianças em seus primeiros anos de vida.

A reunião foi marcada por diálogos produtivos, troca de experiências entre os representantes dos municípios e a construção coletiva de propostas e metas que serão incorporadas aos respectivos Planos Municipais. Os participantes também tiveram a oportunidade de identificar demandas locais, considerando as especificidades das comunidades urbanas, rurais e quilombolas presentes na região, com o objetivo de garantir uma abordagem inclusiva e equitativa.

Também participaram o prefeito de Cavalcante, Vilmar Kalunga, representante das comunidades quilombolas e importante liderança local, e a primeira-dama Lucinha, além de representantes da Rede de Proteção Infantojuvenil dos três municípios envolvidos. A participação do poder público municipal é considerada essencial para a consolidação de políticas eficazes voltadas à infância.

De forma remota, participaram do encontro o conselheiro Daniel Goulart, do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás (TCM-GO), e o assessor Halim Girade, do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO), reforçando o papel dos órgãos de controle na fiscalização e apoio à gestão das políticas públicas municipais pela primeira infância.

## **IRB Notícia | Solenidade de abertura do 1º Enapac é prestigiada por Membros da Diretoria do IRB**

O Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE-SC) promoveu, na tarde dessa segunda-feira (22/9), a solenidade de abertura do 1º Encontro Nacional de Procuradorias, Assessorias e Consultorias dos Tribunais de Contas (Enapac). O evento, que tem como tema central "Integração e representatividade para uma atuação mais eficiente dos Tribunais de Contas", segue com programação até esta terça-feira (23/9).

Compuseram o dispositivo de honra autoridades do Sistema de Controle Externo e dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário catarinense, entre elas o Vice-Presidente de Relações Institucionais do Instituto Rui Barbosa (IRB) e Vice-Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR), Conselheiro Ivan Bonilha. Representando a presidência do IRB, Bonilha ressaltou a relevância da atuação integrada entre as instituições para o fortalecimento do Controle Externo no Brasil.

A programação do primeiro dia contou ainda com a presença de Membros da Diretoria do IRB. Participaram o Presidente do Comitê Técnico das Corregedorias, Ouvidorias e Controles Interno e Social, Conselheiro Gilberto Jales, Corregedor do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte (TCE-RN); o Diretor de Ensino, Pesquisa e Extensão, Conselheiro Saulo Mesquita, do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO); e o Titular do Conselho Fiscal do IRB e Presidente do TCE-RN, Conselheiro Carlos Thompson.

Convicto da importância do papel dos Tribunais de Contas na defesa do interesse público, o Presidente do TCE-SC, Conselheiro Herneus João De Nadal, falou sobre a relevância do evento, reconhecendo, também, a atuação das áreas jurídicas dos das Cortes de Contas. "Que este encontro seja de fato histórico, marcado pela convergência, inspiração e compromisso. Que saiam daqui ideias e soluções capazes de consolidar a atuação dos tribunais de contas como instrumentos de um Estado mais eficiente no controle, na inovação, na governança pública e na qualidade das políticas públicas, transformando cada ação em benefício real para a sociedade."

Em sua manifestação, o Conselheiro Herneus registrou que o momento celebra a reinvenção dos Tribunais de contas, que, hoje, atuam de forma proativa, estratégica e orientada a resultados, consolidando-se como verdadeiros parceiros da sociedade na defesa do interesse público e na construção de um Estado mais eficiente, transparente e justo, fortalecendo a governança e a gestão pública. Entre os instrumentos que consolidam essa nova atuação, citou as mesas técnicas de consensualismo, que promovem a resolução de conflitos, de forma colaborativa e eficiente, a fim de evitar litígios demorados e a gerar soluções efetivas para a sociedade.

"Hoje, os tribunais de contas avançam para uma postura preventiva e integrada, acompanhando as ações de forma

concomitante, orientando políticas públicas e promovendo soluções mais efetivas, que geram impactos concretos no dia a dia das pessoas na sociedade", enfatizou, ao acrescentar que o cumprimento das competências constitucionais, inclusive de aplicar sanções e determinações quando for o caso, estão mantidos. "Esta nova atuação rompe com a lógica do processo pelo processo, colocando a eficiência, a inovação e a governança pública no centro da nossa missão institucional", concluiu.

Também fizeram uso da palavra o Vice-Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE), Conselheiro Carlos Neves, representando a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon); a Procuradora-Geral da Procuradoria Jurídica do TCE-SC, Gláucia Mattjie; e o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina (TJ-SC), Desembargador Francisco de Oliveira Neto.

Até o final da tarde desta terça-feira (23/9), o evento abordará questões sensíveis e recorrentes do Direito Administrativo, Constitucional e Processual, ligadas aos desafios enfrentados cotidianamente pelas unidades jurídicas.

\*Fotos e informações: TCE-SC.

## **IRB Notícia | Diretores do IRB participam de debates no 1º Enapac sobre fortalecimento das unidades jurídicas nos Tribunais de Contas**

O Instituto Rui Barbosa (IRB) esteve amplamente representado durante o primeiro dia de programação do 1º Encontro Nacional de Procuradorias, Assessorias e Consultorias dos Tribunais de Contas (Enapac), realizado nessa segunda-feira (22/9), na sede do Tribunal de Contas de Santa Catarina (TCE-SC). Membros da Diretoria do Instituto atuaram como mediadores e palestrantes em momentos centrais da programação, reforçando o papel estratégico do IRB na construção de um sistema de Controle Externo cada vez mais qualificado e legítimo.

A programação teve início com a palestra de abertura "O fortalecimento das unidades jurídicas no âmbito dos Tribunais de Contas para defesa de suas prerrogativas institucionais, nos foros judiciais e administrativos", ministrada pelo Conselheiro Adircélio de Moraes Ferreira Júnior, Corregedor-Geral do TCE-SC. A mediação ficou a cargo do Conselheiro Gilberto Jales, Corregedor do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte (TCE-RN) e Presidente do Comitê Técnico das Corregedorias, Ouvidorias e Controles Interno e Social do IRB, que destacou a importância de consolidar órgãos jurídicos fortes e estruturados para a defesa das competências constitucionais das Cortes de Contas. "Para os Tribunais decidirem bem, precisam ser bem assessorados, precisam ter um quadro técnico bom, precisam ter fundamentação", afirmou Jales.

No período da tarde, ocorreu o Diálogo Institucional, coordenado pelo Conselheiro Carlos Thompson, Presidente do Tribunal de Contas potiguar e titular do Conselho Fiscal do IRB. O painel reuniu duas apresentações: a palestra "Legitimidade dos Tribunais de Contas na defesa de suas prerrogativas e competências institucionais", proferida pelo Conselheiro Carlos Neves, Vice-Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE), e a palestra "Poder Geral de Cautela do TC", ministrada pelo Conselheiro Saulo Mesquita, Membro do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) e Diretor de Ensino, Pesquisa e Extensão do IRB.

Antes de passar a palavra aos palestrantes, o conselheiro Carlos Thompson falou sobre o número de litígios, envolvendo a atuação dos TCs -- teve aumento significativo de 20 anos para cá --, e a crise de legitimidade, de eficiência e eficácia das instituições, não só do Brasil, como também do mundo. "Diante dessa dinâmica, não há como, hoje, um tribunal de contas exercer suas competências sem ter na sua retaguarda uma assessoria jurídica, procuradoria ou consultoria que lhe dê suporte jurídico de poder defender suas competências, suas prerrogativas", disse.

Em sua exposição, Mesquita ressaltou o reconhecimento pelo Supremo Tribunal Federal do poder cautelar dos Tribunais de Contas, sublinhando a responsabilidade e os impactos sociais das decisões proferidas pelas Cortes. "E, com base nesse poder de cautela, nós podemos fazer uso das medidas cautelares e nominadas. A atuação do controle

é muito ampla, então, para cada situação vivenciada pelo controlador, uma medida adequada pode ser construída, pode ser delineada", explicou, ao alertar que "uma decisão equivocada do Tribunal de Contas pode prejudicar um grande número de pessoas e a coletividade".

O encerramento do primeiro dia de atividades trouxe a palestra "Eficiência, governança e custo-benefício do controle jurídico", com a professora Cristiana Fortini, Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo (IBDA). A mediação foi conduzida pelo Conselheiro Ivan Bonilha, Vice-Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR) e Vice-Presidente de Relações Institucionais do IRB, que destacou a relevância do debate para a modernização das práticas jurídicas no âmbito do Controle Externo.

Até o final da tarde desta terça-feira (23/9), o evento abordará questões sensíveis e recorrentes do Direito Administrativo, Constitucional e Processual, ligadas aos desafios enfrentados cotidianamente pelas unidades jurídicas.

\*Fotos e informações: TCE-SC.